

O Brasil na Segunda Guerra Mundial: Considerações sobre a Constituição e a Atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Brazil in the Second World War: Considerations on the Formation and Operations of the Brazilian Expeditionary Force (FEB)

Italo de Andrade Lopes

Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil
(PPGHB), vinculado à Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com ênfase na atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Para tanto, investiga-se o processo de constituição e consolidação de um programa político-militar que culminou no envio de tropas brasileiras ao front europeu, configurando o Brasil como único país sul-americano a integrar, com efetivo militar, os combates no teatro de operações da Europa. A pesquisa fundamenta-se na análise de documentação diplomática e militar, o *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* de 1944, correspondências oficiais (*cartas e telegramas*), bem como documentos do General Mascarenhas de Moraes. Complementarmente, recorre-se à bibliografia especializada, com destaque para as contribuições de Von Clausewitz (2017), Gerson Moura (2012), Francisco César Ferraz (2005), Aurimar Nunes (2020), entre outros.

Palavras-chave: Brasil, Segunda Guerra Mundial, História, Militar.

Abstract: The present article aims to analyze Brazil's participation in the Second World War, with an emphasis on the performance of the Brazilian Expeditionary Force (FEB). To this end, the study investigates the process of constitution and consolidation of a political-military program that culminated in the deployment of Brazilian troops to the European front, establishing Brazil as the only South American country to send military forces to the European theater of operations. The research is based on the analysis of diplomatic and military documentation, such as the *Report of the Ministry of Foreign Affairs* from 1944, official correspondence (letters and telegrams), as well as documents from General Mascarenhas de Moraes. Additionally, it draws on specialized bibliography, with emphasis on the contributions of Von Clausewitz (2017), Gerson Moura (2012), Francisco César Ferraz (2005), Aurimar Nunes (2020), among others.

Keywords: Brazil, Second World War, History, Military.

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial constitui-se como um dos mais significativos e devastadores conflitos bélicos da história contemporânea, promovendo profundas transformações nos territórios, nas dinâmicas geopolíticas e nos aparatos militares das nações envolvidas. Sua lógica de enfrentamento — marcada por uma mobilização total de recursos e pela radicalização da violência — instaurou um cenário de alianças complexas e destrutivas que configuraram um verdadeiro pacto entre a vida e a morte. Nesse contexto, as fronteiras entre civilização e barbárie tornaram-se turvas, colocando em xeque a racionalidade humana enquanto fundamento das relações internacionais e da própria condição histórica do sujeito moderno. Para Carl von Clausewitz, em sua obra *Da Guerra*, a condução gerava em uma ramificação em todas as direções, não possuindo direções e nem limites definidos (CLAUSEWITZ, 2017:165). Essa concepção evidencia a natureza caótica e complexa da guerra, cuja lógica desafia os padrões racionais de controle absoluto.

A compreensão da História Militar do Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial artilha-se a uma conjuntura política marcada por ambivalências e contradições estratégicas. O posicionamento do país oscilava entre a manutenção de relações diplomáticas com as potências do Eixo e a crescente aproximação com os Aliados, em especial os Estados Unidos. Essa ambiguidade refletia não apenas os interesses de curto prazo, como o acesso a recursos, mas também uma tentativa de inserção autônoma no cenário internacional. Nesse processo, a participação brasileira no conflito passou a ser instrumentalizada como meio de afirmação da soberania nacional e de consolidação de modernização e identidade nacional em construção. Na sua obra, *o Brasil vai à guerra*, (SEITENFUS, 2003: 15) argumenta que, diante dos teatros das operações de guerra, dotado de Forças Armadas limitadas em efetivos e equipamentos, o Brasil é um país marginal diante do conflito.

Na obra, *o Brasil e a Segunda Guerra Mundial, História de um Envolvimento Forçado* (ALVES, 2002:53) observa que o Brasil, curiosamente, e por motivos totalmente distintos, o Brasil apresentava-se, então, como importante meta na política exterior, centrada momentaneamente em questões comerciais, de duas das maiores potências mundiais, que já se colocavam em rota de colisão futura.

O Brasil passou a enxergar o cenário internacional como uma oportunidade estratégica para a ampliação de seu protagonismo econômico, por meio de uma política externa orientada por interesses comerciais e diplomáticos. Paralelamente, buscava consolidar sua estrutura interna por meio do fortalecimento institucional e da centralização do poder, articulando interesses nacionais em torno de um projeto de modernização e afirmação do Estado. Na obra *O Brasil e as Grandes Potências (1930-39)*, (HILTON, 1977:71) aponta expressamente, o Brasil aproximava-se dos Estados Unidos, seu mais importante parceiro comercial. Na surdina, o país procurava, pragmaticamente, incrementar seu comércio compensado com a Alemanha, em termos informais e ad hoc.

A análise das correspondências diplomáticas permite compreender a inserção estratégica do Brasil no contexto de Segunda Guerra Mundial. Embora o país manivesse, até então, uma postura de neutralidade política e militar, as pressões crescentes de seus principais parceiros comerciais e potenciais aliados configuravam um cerco progressivo à sua autonomia

decisória, especialmente ao longo de 1941. A ambiguidade da política externa brasileira — marcada por uma tentativa de equilíbrio entre os blocos em conflito — chegou ao seu limite no ano seguinte, quando o Brasil abandonou a neutralidade e assumiu oficialmente uma posição ao lado dos Aliados, inserindo-se de maneira efetiva no cenário do conflito armado.

O governo brasileiro soube instrumentalizar o contexto do conflito e sua posição inicial de neutralidade como estratégia para o fortalecimento de sua estrutura político- militar. Ao adotar uma postura diplomática cautelosa, buscou maximizar benefícios enquanto postergava o alinhamento formal a um dos blocos em guerra. No entanto, diante do agravamento das tensões e da pressão exercida pelas potências internacionais, tal neutralidade tornou-se insustentável. Assim, o Brasil optou por alinhar-se ao grupo que oferecia maiores perspectivas de projeção política, modernização das Forças Armadas e ganhos econômicos, consolidando, desse modo, sua inserção no cenário internacional. Nesse sentido, é possível estabelecer uma correlação com a reflexão de (CLAUSEWITZC, 2017:83) ao retratar uma visão geral no entrelaçamento entre o propósito político funcionaria na mesma dimensão que propósito militar, ocorrendo, sem que haja qualquer incoerência, as guerras podem ter todos os graus de importância e de intensidade, indo de uma guerra de extermínio até uma simples observação armada

POLÍTICA EXTERNA EM TEMPOS DE GUERRA: A ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA DO BRASIL E O PROJETO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

O cenário internacional em 1944 caracteriza-se por uma série de eventos decisivos nas esferas política e militar, cujos desdobramentos contribuíram para reforçar a retórica de defesa da “sobrevivência da civilização” frequentemente utilizada pelas potências aliadas como elemento legitimador de sua intervenção global. As operações militares conduzidas avançavam de forma gradativa, mas com crescente efetividade. Conforme registrado no *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* de 1944, “na Itália, aumentou a progressão da luta com os desembarques aliados em Nettuno, seguindo-se a essa manobra de flanco esplêndidas nas vitórias que resultaram na captura de Roma, era a primeira capital do “Eixo” a ser conquistada.” (RELATÓRIO do MRE, 1944:319).

A França, peça-chave da ocupação nazista na Europa Ocidental sob os aspectos político e estratégico, passou a constituir o centro da bem-sucedida ofensiva aliada, tendo como ponto de partida as forças libertadoras que avançavam a partir da Bélgica. A Alemanha, a partir de então, encontrava-se exposta a ataques diretos por parte dos Aliados. O desembarque das forças Aliadas nas praias da Normandia, em 6 de junho de 1944, constituiu, por sua vez, o principal acontecimento daquele ano, marcando a abertura da segunda frente e desencadeando um ataque frontal ao núcleo do poderio nazista. Em conformidade com a argumentação de (CLAUSEWITZC, 2017:16), a pior de todas as situações em que um beligerante pode se encontrar é ficar totalmente indefeso, dando assim uma margem para sobrepujá-lo e desarmá-lo no propósito da guerra.

As represálias foram intensas em todas as frentes de batalha, e o cerco à Alemanha desenvolvia-se de forma gradual e coordenada. Destaca-se, conforme registra o (RELATÓRIO do MRE, 1944:14), a relevância das vitórias orientais e balcânicas conquistadas pela União Soviética, que avançou territorialmente da Finlândia à Romênia, estendendo-se também à

Iugoslávia, paralelamente ao desembarque das forças do general *Maitland Wilson*¹ na Grécia. Os armistícios firmados com a Finlândia, Romênia e Bulgária representara não apenas vitórias militares, mas também conquistas políticas significativas, uma vez que suas posições geográficas possuíam valor estratégico decisivo para a Alemanha. O relatório ainda menciona que:

O corredor de Falaise, a expugnação de Antuérpia, a conquista de Walcheren, a tomada de Venlo, o cerco de Aix La Chapelle e a luta na floresta de Huitgen, a ofensiva na Lorena, a contra- ofensiva do General *Von Rundstedt*²[...] e a passagem dos Vosges são exemplos da ação desesperada oposta pelo inimigo ao avanço aliado.

Nesse sentido, concordo com (CLAUSEWITZC, 2017:170), quando destaca que a guerra consiste em grandes combates decisivos e isolados, cada um dos quais precisa ser tratado individualmente, e que suas diferenças e métodos devem ser analisadas em caráter único. São esses micros conflitos, ocorridos em regiões beligerantes, que demandam investigação aprofundada para uma compreensão detalhada do avanço aliado e queda e da subsequente queda do exército alemão, resultante da perda dessas batalhas estratégicas.

À medida que avançava a ofensiva aliada em todas as frentes de combate, intensificava-se a relevância da participação brasileira no contexto da Segunda Guerra Mundial. Essa importância tornou-se ainda mais evidente diante da crescente ameaça representada pelas ações do Eixo no continente americano. Conforme destaca o (RELATÓRIO do MRE, 1944:15):[...] “a importância desses acontecimentos para o Brasil foi acrescida pela participação de forças armadas brasileiras na luta, o envio da força expedicionária brasileira ao continente europeu, além do seu sentido militar, valeu como gesto político de elevado descortino.” Nesse sentido, corrobora-se a perspectiva apresentada por (CLAUSEWITZC, 2017:82), ao afirmar que o propósito político- a razão inicial da guerra, determinará assim, tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço que ele exige.

Pela primeira vez na história, um contingente militar oriundo da América Latina assumiu a responsabilidade de combater em um conflito armado situado fora do hemisfério ocidental, especificamente no continente europeu. A participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) representou não apenas um deslocamento geográfico inédito, mas também a matereização de um projeto político-militar de grande envergadura. O Brasil consolidava sua inserção no esforço aliado. Nesse contexto, conforme registra o (RELATÓRIO do MRE, 1944:15):[...] “concretizou-se por mais uma forma o compromisso assumido na declaração de guerra pelo Brasil, integrou-se o esforço bélico brasileiro nas operações militares conjuntas do teatro europeu e transcendeu a ação bélica nacional, os lindes continentais em que já se haviam demonstrado o heroísmo e a eficiência da marinha e da força aérea.” Diante desse contexto, concorda-se com a análise de (MOURA, 2012:85), ao afirmar que a FEB era um instrumento de um programa político- militar voltado ao fortalecimento do regime e à ampliação do prestígio e do poder de segmentos da classe dirigente civil- militar brasileira, seu propósito era obter representação internacional. Reafirma-se, portanto, a relevância político- diplomática da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que se configurou como um dos principais trunfos

1. Comandante Supremo Aliado em 1944 e chefe da Missão do Estado- Maior em conjunto Britânico em Washington.

2. General alemão durante a segunda guerra mundial.

do governo brasileiro no intuito de fortalecer sua projeção internacional e assegurar maior representatividade frente aos demais membros da coalizão aliada. Corrobora-se a análise de (MOURA,2012:97) ao afirmar que era necessário assegurar a aliança mais forte possível com o Brasil, já que esta era a única maneira de convencer seus governantes a cooperar em termos econômicos, políticos e militares, em troca de dar este material bélico.

Cabe destacar que a mobilização para o envio de uma força expedicionária antecedeu, em muito, os preparativos logísticos propriamente ditos. A análise da documentação da época revela a expressiva preocupação do governo brasileiro quanto à carência de material bélico — uma inquietação recorrente nos discursos oficiais ao longo de 1942, evidenciada tanto nas declarações dos estadistas norte-americanos quanto nas manifestações dos dirigentes varguistas. A presente argumentação retifica interpretações anteriores ao estabelecer uma correlação com premissas pré-existentes, especialmente aquelas relativas ao rompimento das relações diplomáticas com os países integrantes do bloco do Eixo. Nesse sentido, as correspondências diplomáticas e militares permitem identificar elementos agravantes no cenário daquele período, como a insuficiência de recursos materiais para o adequado abastecimento do Exército brasileiro. Nesse contexto, destaca-se uma correspondência de relevante valor histórico enviada por Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas, por intermédio do general Goes Monteiro, em janeiro de 1942. Na ocasião já advertia: [...] “nossas forças armadas não estarão devidamente aparelhadas para assegurar a defesa do nosso território, a uma eventualidade de consequências de caráter militar decorrentes do rompimento das relações diplomáticas com os países do eixo³.”

Cabe ressaltar que, paralelamente aos desdobramentos diplomáticos e estratégicos, intensificavam-se as tratativas para a aquisição de material bélico destinado às Forças Armadas brasileiras. Nesse sentido, merece destaque o telegrama datado de 27 de janeiro de 1942, enviado por Carlos Martins a Getúlio Vargas, no qual se informa sobre o andamento das negociações e entregas de equipamentos militares por parte dos Estados Unidos. O conteúdo do documento revela a elevada importância atribuída à obtenção de recursos bélicos, evidenciando o esforço diplomático brasileiro para garantir o fortalecimento de sua capacidade defensiva. Observa-se, ainda, uma significativa expectativa em torno das promessas de envio de armamentos e concessão de créditos, elementos que, à luz dos primeiros movimentos da guerra, conformavam os anseios político-militares do governo brasileiro no processo de inserção no esforço de guerra aliado.

“A aeronáutica: a totalidade do crédito já empenhado na requisição, a parte do material de treinamento, da necessidade urgente para a escola, está sendo entregue, fazendo todo possível afim de conseguir a entrega do restante até março, mais os sobressalentes Wright, bombas e munição dos aviões Vultee, já em Natal; o tipo do material de guerra já decidido, exceto aviões de caça e anfíbios, fazendo todo o possível afim de conseguir a entrega de metade até junho, e o restante até dezembro, acompanhando das respectivas bombas, munição e com equipamento terrestre para as unidades[...] A requisição do material de 17 milhões e meio já apresentado com o crédito devidamente distribuído ao departamento de guerra. Este prevê entrega até junho de 65 tanques leves, 31 carros scouts. 50 ambulâncias, 30 motocicletas, 475

3. Carta de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas encaminhando carta que lhe foi dirigida por Góes Monteiro. FGV CPDOC Correspondência Getúlio Vargas. Vol. XXXVII/16 a e 16 b CorrespGV2/13765. 1942. p.4

caminhões diversos; projeto completo para a aquisição total de 74 milhões recebe o último retoque de adaptação à nova disposição da utilização do crédito⁴.”

A análise do telegrama enviado por Carlos Martins permite evidenciar a elevada relevância de seu conteúdo, especialmente no que diz respeito ao empenho do governo brasileiro na requisição de material junto aos Estados Unidos. O documento revela uma expressiva demanda por promessas de fornecimento de armamentos e concessão de crédito, os quais visavam ao fortalecimento das capacidades operacionais do Exército brasileiro. Tais iniciativas refletem os anseios políticos-militares do período, sendo impulsionadas pelas expectativas geradas nos primeiros desdobramentos do conflito, que delineavam o papel estratégico que o Brasil aspirava no cenário internacional. Nesse contexto, a contribuição analítica de (MOURA, 1991:13) é particularmente elucidativa ao destacar que é claro a posição desigual na política internacional a cada uma das partes capacidades inteiramente distintas e as levava a fazer exigências também distintas: enquanto a remessa de armas para o Brasil fortalecia suas forças armadas, o controle militar dos Estados Unidos sobre as bases militares no Nordeste e o tráfego costeiro lhes permitiam praticamente o controle estratégico da América do Sul.

Embora seja inegável o interesse norte-americano em fornecer materiais bélicos ao Brasil, é igualmente notável a preocupação manifestada por Getúlio Vargas diante da morosidade nos processos de embarque e envio desses equipamentos. Tal apreensão estava diretamente relacionada à execução do programa geral de aquisições, ao qual ambos os governos haviam se comprometido no contexto da cooperação bilateral durante a Segunda Guerra Mundial. seu exercício. No telegrama datado de 23 de fevereiro de 1942, Vargas enfatiza a urgência da situação declarar que já havia tropas qualificadas para a atuação, aguardando apenas insumos bélicos. Conforme o próprio presidente expressa: [...] “só falta material e a confiança que nossa atitude e nossos atos estão impondo, este é o momento para armar o Brasil”[..] “precisamos que nos entreguem, com brevidade, nossas encomendas de material de guerra, devemos também aceitar outros materiais que nos sejam convenientes, mas sem abrir mão de nossas encomendas que foram estudadas de acordo com nossas necessidades.” Conforme observa (MOURA, 2012:98), os militares brasileiros reclamavam que a entrega do material bélico continuava a atrasar, apesar de constantes garantias de boa vontade dos Estados Unidos, Vargas, ecoou a preocupação dos militares com as “muitas promessas e poucas realizações” dos Estados Unidos.

Ao refletir sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, especialmente com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao front europeu e os acordos bilaterais firmados com os Estados Unidos, observa-se o recebimento de materiais bélicos essenciais para a modernização e o fortalecimento da esquadra naval brasileira, por meio da transferência de navios de guerra, tanto durante quanto após o término do conflito. A análise do desempenho e das negociações relativas a essa missão pode ser realizada a partir da correspondência diplomática entre o governo brasileiro e Washington, mediada pelo embaixador *Carlos Martins*. Em documento datado de janeiro de 1944, o embaixador observa que [...] “os mais apropriados para o Brasil seriam os cruzadores de menor tonelagem, por exemplo os da classe

4. Telegrama de Carlos Martins a Getúlio Vargas informando sobre o andamento das entregas de material bélico para os ministérios Militares. FGV CPDOC Correspondência Getúlio Vargas. Vol. XXXVII/19 a CorrespGV2/13770. Washington. 1942.p.1-2.

“San Diego’ que deslocam 6.000 toneladas e possuem armamento que pode rivalizar com qualquer navio do tipo cruzador, sul americano⁵”.

Acrescente-se, ainda, que os acordos relativos ao fornecimento de armamentos revelam os desdobramentos políticos e militares advindos do alinhamento brasileiro aos interesses dos Aliados. Em 1944, o Brasil passou a colher os frutos das decisões estratégicas firmadas ano anterior, especialmente aquelas associadas ao envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao teatro de operações europeus. Em telegrama confidencial datado de 14 de janeiro daquele ano, o embaixador Carlos Martins informa que (DOC GV CPDOC, 1944:15) [...] “o governo americano enviará um regimento blindado completo, três grupos de artilharia, 417 metralhadoras, calibre trinta e cinquenta”. Ainda segundo o diplomata, [...] “a metade de todo esse material, estará disponível a embarcar em 1º de Fevereiro, dependendo de aeroplano ou navio”. Destaca-se, portanto, o envio significativo de material bélico destinado ao sul do Brasil, consolidando o fortalecimento das capacidades militares do país em 1944:

“No vapor “Mandú” que, devendo sair de Nova York no fim de fevereiro, 50 tanques leves; 36 tanques médios; 54 carros blindados médios; 284 metralhadoras ponto 30; 133 metralhadoras ponto 50; 36 canhões de 37mm; 36 obuses de 75mm.

No vapor “Paranalóide” que, devendo sair de Nova York em meados de março, 17 tanques médios.

No vapor “Barroso” que, devendo sair de Nova Orleans em 7 de março, 79 tanques leves.

No mês de janeiro, foram embarcados pelo porto de Nova York, no vapor “Camamú”, para o Rio de Janeiro, 14 submetralhadoras 50; 8 reboques; 64 tambores com 31.325 libras de matérias primas diversas; 361.720 libras de chapas de aço; 11.100 libras de latão em folhas e 626 volumes diversos com máquinas, partes e sobressalentes, acessórios de armamentos e veículos⁶.

A análise da documentação disponível permite compreender que a condução do conflito por parte dos não se restringiu ao preparo material e logístico, mas também envolveu uma elaborada construção intelectual e estratégica. Tal constatação evidencia que o esforço de guerra exigiu não apenas recursos bélicos e humanos, mas também reflexões político-diplomáticas, doutrinárias e operacionais por parte dos países envolvidos. Nesse sentido, é possível estabelecer uma correlação com as reflexões de (CLAUSEWITZ, 20017:121) em termos de “arte da guerra” originalmente relacionada somente a preparação das forças, um conjunto de práticas relacionadas aos materiais para uma criação de uma força combatente eficaz, porém com essas novas práticas de guerra, o primeiro lampejo é de esforço intelectual na condução das operações.

5. Documentos sobre entendimentos entre o governo brasileiro e Washington. CPDOC Correspondência Getúlio Vargas. Vol. XLIII/3, 1; Vol XLII/19 a 19b, 28; Vol. XLIII/6d, 12 a 12b, 12c, 15c, 19 a 19c, 19d, 25b, 44c, 54 a 54b; Vol. XLIV/1 a 1b, 5, 8, 18, 20 a 20b, 48, 53d e 55 a CorrespGV2/18595. 1944.p. 54 fls.

6. Relação de Materiais encaminhados para o sul do Brasil. CPDOC Correspondência Getúlio Vargas. Vol. XLIII- 25 CorrespGV2/18616. Rio de Janeiro/ Washington. 1944.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO E A INSERÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

A recepção cordial que os soldados da *Força Expedicionária Brasileira* receberam no domingo, 16 de julho, no porto de Nápoles, pelos chefes de estado e os altos comandantes aliados, registra um momento histórico para a historiografia militar brasileira. Esse episódio não apenas simboliza o reconhecimento internacional da participação do Brasil no esforço de guerra, mas também evidencia a estreita relação entre política e conflito armado, em que a política se configura, nas palavras (CLAUSEWITZ, 2017), como a faísca e a pólvora da guerra.

Ao analisar a documentação relativa à Força Expedicionária Brasileira (FEB), destaca-se, em um primeiro momento, as Notas Confidenciais encaminhadas pelo General Mascarenhas ao presidente Getúlio Vargas, nas quais são relatados aspectos da organização da tropa em solo europeu. Em uma dessas correspondências, o comandante observa: [...] “as últimas informações vindas do teatro de operações do Mediterrâneo, indicam que o ponto de 1º destino e a base de instruções da FEB, seja em Nápoles e não mais no norte da África.” (CorrespGV2/19296.1944:3). Conforme relata (FERRAZ, 2005:52), quando chegaram a Nápoles, no litoral sul da Itália, em 16 de julho, puderam perceber melhor as dimensões da guerra em que lutariam, o porto estava tomado de carcaças de embarcações abatidas, e na cidade havia uma babel de línguas, fardas e soldados de diversos países.

As reflexões decorrentes da experiência bélica levaram à formulação de uma teoria da guerra que não se dissocia das determinações políticas. Quando se correlaciona essa concepção teórica à documentação relativa à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, especialmente no que se refere ao envio de tropas, torna-se evidente a necessidade de uma atualização dos princípios que regiam a atuação militar, bem como da produção de registros oficiais que justificassem tal decisão. Esse contexto provocou intensos debates, nos quais emergiam posições divergentes a pertinência da intervenção brasileira no conflito.

Em essência, delinea-se uma teoria militar fundamentada em princípios políticos, ainda que estes, por vezes, fosse, considerados controversos ou impopulares. A própria recepção da FEB, inserida nesse cenário, ganha contornos políticos relevantes. Conforme destaca o Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1944:

É grato registrar as referências lisonjeiras feitas pelo presidente Franklin Roosevelt ao auxílio do Brasil à causa aliada, e as mensagens de congratulações enviadas pelo presidente dos Estados Unidos da América ao presidente Getúlio Vargas, por ocasião do Dia da Independência, e a força expedicionária brasileira, quando das comemorações do Dia do Soldado. Não menos significativas foram as palavras do primeiro ministro Winston Churchill, pronunciadas na câmara dos comuns por motivo da chegada das tropas brasileiras à Itália, reconhecendo o corpo combatente⁷.

O *Relatório Oficial do Ministério das Relações Exteriores* de 1944 ressalta que, sob a perspectiva dos interesses nacionais, o acontecimento mais relevante daquele ano foi o envio da Força Expedicionária Brasileira e do 1º Grupo de Aviação de Caça ao teatro de operações europeu, ampliando de maneira significativa e efetiva a contribuição do Brasil ao esforço de

7. Relatório. op.cit. 1944.p.20.

guerra dos Aliados,(RELATÓRIO do MRE, 1944:19). Nesse mesmo documento, destaca-se ainda que, [...] “no programa geral de nossa política de guerra, foram da maior importância os fornecimentos de materiais estratégicos necessários ao preparo bélico de nossos aliados.”

A documentação oficial enfatiza os êxitos alcançados pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) e pelo 1º Grupo de Aviação de Caça nas operações militares em território europeu, evidenciado o elevado grau de adestramento atingido após sua chegada ao front, o que expressa, de forma inequívoca, o propósito do governo brasileiro de colaborar ativamente com os Aliados no esforço de guerra, (RELATÓRIO do MRE, 1944:19)[...] “demostram o alto grau de adestramento após sua chegada repercutindo o propósito do governo brasileiro na colaboração com as nações unidas, analisando a documentação, percebemos a correlação com o treinamento de oficiais do exército brasileiro pelos americanos.” A análise desse material permite identificar uma correlação direta entre os resultados obtidos e o processo de treinamento dos oficiais do Exército Brasileiro conduzido sob orientação das missões militares norte-americanas.

O relatório destaca, ainda, a ampla repercussão internacional da participação brasileira no conflito, especialmente nos países da Américas, com ênfase na cobertura jornalística dedicada aos desembarques da FEB na Itália e às primeiras vitórias em combate. Tal visibilidade projetou o Brasil como um agente ativo no cenário geopolítico da Segunda Guerra Mundial, refletindo o significativo alcance político de sua atuação. Conforme registra o documento, (RELATÓRIO do MRE, 1944:19) [...] “refletindo o grande alcance político da participação efetiva do Brasil na guerra, não somente era a primeira vez que o Brasil enviava forças de terra a ultramar como também, o primeiro país da America Latina, a encaminhar tropas para a segunda guerra mundial.”

Entre os diversos aspectos abordados *Relatório das Relações Exteriores* de 1944, destaca-se a visita de inspeção realizada pelo General Gaspar Dutra à Força Expedicionária Brasileira, no mês de setembro, daquele ano. Durante sua estada na frente italiana, o então Ministro da Guerra reuniu-se com o Alto Comando Aliado na zona de operações, tendo, inclusive, tomado conhecimento da estrutura de comando de um setor estratégico do Quinto Exército, onde atuavam de forma integrada soldados brasileiros, britânicos e norte-americanos, o documento (RELATÓRIO do MRE, 1944:22), registra que [...] “o general *Gaspar Dutra*, percorreu linhas ocupadas pelo Quinto Exército norte-americano, inteirando-se da ação desenvolvida pela força expedicionária brasileira e observando de perto as condições físicas e morais dos soldados.”

À sua chegada à Itália foi o Ministro Gaspar Dutra saudado pelo general Maitland Wilson então comandante da forças em operações no mediterrâneo, tendo sua excelência, em sua resposta, manifestado a alegria que experimentava em visitar as tropas brasileiras incorporadas ao Quinto Exército, acrescentando que o envio do exército brasileiro a ultramar constituía a mais importante das decisões do Brasil como potência em guerra e que o governo brasileiro se tonara uma franca e lealmente como uma das nações unidas. Disse, ainda que o General Dutra que o Brasil, desde a ruptura de relações diplomáticas com os países do Eixo, e, mais tarde, com a declaração de guerra às potências totalitárias, se mantivera fiel aos seus compromissos, cooperando com os seus aliados, dentro de suas possibilidades econômicas e militares (RELATÓRIO do MRE, 1944:22).

Durante sua missão oficial, o General Gaspar Dutra foi recebido em Roma, por Sua Santidade, o Papa Pio XII, e participou de encontros com Sua Majestade Britânica, além de reuniões com representantes do Supremo Comando Aliado Mediterrâneo e, posteriormente, com o Secretário de Estado da Guerra. Sua agenda incluiu ainda uma permanência de três dias em Londres, durante a qual visitou centros de treinamento de paraquedistas e de unidades de infantaria aerotransportada, demonstrando o interesse do alto comando brasileiro em conhecer as estruturas táticas e logísticas dos exércitos aliados. Permaneceria em Londres por três dias, visitando os centros de treinamento de paraquedistas e de infantarias aéreas.

No mesmo período, destaca-se também a visita de inspeção realizada pelo então Ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, aos contingentes da Força Aérea Brasileira instalados na Itália, no mês de dezembro de 1944. Conforme registra o (RELATÓRIO do MRE, 1944:23):[...] “durante a sua visita à frente italiana, pode o ministro Salgado Filho acompanhar de perto a ação dos aviadores brasileiros como uma unidade independente contra o inimigo e sentir mais uma vez o alto apreço da cooperação do Brasil na guerra.” Tal visita reforça o reconhecimento internacional da atuação da aviação brasileira como força autônoma dentro do esforço militar aliado.

Contrapondo-se ao tom otimista do Relatório oficial das Relações Exteriores de 1944, que enaltece os êxitos da Força Aérea Brasileira (FAB) e os avanços em sua estrutura militar, é pertinente destacar o conteúdo de uma carta confidencial enviada por Vasco Alves Seco ao então Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, datada de 24 de abril de 1944. No documento, o autor reconhece que, [...] “embora a aeronáutica tem progredindo de uma maneira rápida e imprevista, os efetivos aumentados e os processos de formação de pessoal modernizados, os oficiais gerais e superiores da FAB, não estão em boas condições de comandar essa força” (CorrespGV2/19244. 1944:7). A correspondência revela preocupações quanto à capacidade técnico- profissional dos quadros superiores da Aeronáutica, que, em sua maioria, não estavam adequadamente preparados para exercer funções de comando, devido à defasagem em seus conhecimentos técnicos e táticos.

Tal diagnóstico reforçava a necessidade urgente de promover a atualização desses oficiais, tanto no plano técnico quanto doutrinário. Nesse sentido, a cooperação com a missão militar norte-americana era considerada essencial para a estruturação de um sistema de formação moderno e eficiente. Afinal, o êxito político do Brasil no contexto da guerra estava intrinsecamente ligado ao desempenho satisfatório de suas forças armadas nos planos de combate e colaboração estratégica. Corrobora-se aqui a reflexão de (CLAUSEWITZ, 2017), para quem a guerra se desenvolve a partir de um processo embrionário essencialmente político, sendo a política, em sua metáfora, o útero onde a guerra se forma. Nesse contexto, os contornos do conflito já estão delineados, mesmo em seu estágio embrionário.

Conforme destaca (MOURA, 2012:150), entre julho de 1944 e fevereiro de 1945, cinco contingentes da força viajaram do Rio de Janeiro a Nápoles em navios estadunidenses e, após algum treinamento e atividades de patrulha, entraram em serviço ativo, as condições materiais e meteorológicas enfrentadas pelos pracinhas não foram as melhores, e eles lutaram em algumas batalhas difíceis (Castelnuovo, Montese, Monte Castelo), o esforço da FEB foi recompensada nos dias da guerra pela rendição incondicional da 148ª divisão alemã aos brasileiros.

As articulações políticas realizadas em 1944 apresentam uma estreita correlação com as operações militares desenvolvidas no mesmo período. Os acordos firmados entre o Brasil

e os Estados Unidos da América tinham nas ações militares um elemento central e dinâmico, funcionando como um verdadeiro corpo vivo da cooperação bilateral. A participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) constituiu parte fundamental dessa construção, ainda que o processo de mobilização tenha enfrentado diversos entraves logísticos, administrativos e operacionais.

Essas dificuldades são evidenciadas em documentos oficiais relacionados à FEB, especialmente na correspondência e nos registros organizacionais do general Mascarenhas de Moraes, que tratam do aparelhamento das tropas, da definição de destinos e bases do primeiro escalão, do fornecimento de víveres aos soldados, da relação dos mortos em combate e das operações militares conduzidas em solo italiano. Já em julho de 1944, Mascarenhas encaminhou uma carta ao Getúlio Vargas, revelando as tensões entre o planejamento militar e a morosidade da estrutura política e administrativa. Segundo o general, [...] “os óbices e dificuldades que na organização dessa grande unidade pelo ambiente de incompreensão, é desnecessário dizer que muito confiamos na clarividência e patriotismo de vossa excelência e na ação vigilante e eficiente do ministro da guerra, as determinações e decisões governamentais são lamentavelmente retardadas, pelos processos burocráticos” (CorrespGV2/19296,1944:13).

Conforme observa (FERRAZ, 2005:44), o general *Mascarenhas de Moraes* foi o escolhido para o comando do que seria a primeira das três divisões do exército a serem enviadas a guerra, Mascarenhas sempre se mostrava refratário a questões políticas e avesso à procura de popularidade entre a tropa, e mantinha a correção profissional. Não oferecia, portanto, perigo ao regime, caso retomasse com a tropa vitoriosa.

A presença da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações europeu despertava considerável expectativa e ansiedade, especialmente em razão da natureza de sua aliança estratégica com os Estados Unidos. Até aquele momento, os britânicos contavam, como principais parceiros militares, com tropas provenientes do Canadá, da África do Sul, da França e da Polônia. A inserção de um contingente latino-americano representava uma novidade no equilíbrio político-militar da coalizão aliada.

Em correspondência enviada ao governo brasileiro, o General Mascarenhas de Moraes informa o envio, por parte dos Estados Unidos, de uma comitiva de imprensa e publicidade para acompanhar o deslocamento da FEB até o front europeu, o que demonstra o interesse norte-americano em dar visibilidade à atuação brasileira no conflito. O comandante destaca ainda a previsão de que a divisão brasileira fosse empregada em breve nas linhas de combate, o que exigiria medidas específicas voltadas à intensificação do treinamento tático e da instrução militar.

No que se refere à logística e ao suprimento de recursos, Mascarenhas observa que todo o fornecimento de material bélico no teatro de operações ficaria a cargo do acordo Lend-Lease, enquanto os gêneros alimentícios destinados à tropa seriam fornecidos mediante pagamento à vista, diretamente nos depósitos ou armazéns habilitados, em conformidade com os procedimentos já adotados com outros exércitos aliados, como britânico e o francês. Em telegrama datado de 26 de julho de 1944, o diplomata Carlos Martins informa ao presidente Getúlio Vargas que, quanto aos acertos relativos à alimentação das tropas, (CorrespGV2/19298. 1944:5) “ficou assentado que a ração será fornecida pelos americanos, mas só pagaremos pelo lend-lease.”

Nesse contexto, evidencia-se um dos primeiros impasses nos entendimentos entre o Brasil e Estados Unidos, quanto à manutenção da Força Expedicionária Brasileira (FEB). As

autoridades norte-americanas passaram a exigir que o governo brasileiro arcasse com os custos relativos ao fornecimento de víveres aos soldados da FE. Tal exigência gerou profundo descontentamento por parte do presidente Getúlio Vargas, que não se mostrava disposto a incluir essas despesas nos acordos previamente estabelecidos. Como demonstra o telegrama enviado por Vargas ao embaixador Carlos Martins, em 21 de julho de 1944, trata-se de uma clara manifestação de insatisfação quanto à mudança de postura por parte dos norte-americanos (CorrespGV2/19299. 1944:6): [...] “no começo dos entendimentos para a remessa da força expedicionária, os americanos declararam que só entraríamos com fardamento e equipamento, o restante seria por conta deles, agora, nas vésperas da partida da força o general americano, aqui incumbido de tratar do assunto, declarou que teríamos também de pagar o fornecimento de víveres, com isto não estava previsto, aumentará, de muito, nossa despesa. Não houve combinação. Isso informa o ministro da guerra.”

As correspondências diplomáticas oriundas da embaixada brasileira em Roma, especialmente aqueles referentes ao Quinto Exército, evidenciam a relevância da atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações italiano, bem como o protagonismo do general Mascarenhas de Moraes. No telegrama datado de 05 de dezembro de 1944, o embaixador Vasco Leitão da Cunha relata uma audiência com o comandante das forças aliadas na Itália, o tenente-general Mark W. Clark. Nessa comunicação, (CorrespGV2/18595.1944:15) destaca que, [...] “a força expedicionária brasileira foi confiado uma tarefa de grande responsabilidade, julga que o general Mascarenhas de Moraes “A very fine Soldier” e que a visita do presidente da república seria bem-vinda.” Conforme (Ferraz, 2005:60), o 1º Escalão (aproximadamente 5 mil pessoas) desembarcou em Nápoles, em 16 de julho de 1944, a Divisão de Infantaria Expedicionária, que seria incorporada ao corpo do quinto exército americano, comandado pelo general Mark Clark, este comandava uma força verdadeiramente multinacional, que reunia americanos, ingleses, poloneses, canadenses, indianos, neozelandeses e brasileiros.

O Relatório Secreto de Operações da Força Expedicionária Brasileira na Itália, datado de 1944, constitui um documento relevante para a compreensão da situação do contingente brasileiro no teatro de operações. A análise do referido tro aponta que, até aquele momento, o quadro geral permanecia inalterado, com a continuidade das pressões sobre o setor italiano, estando a FEB subordinada ao comando do 5º Exército norte-americano. As baixas registradas até a data do relatório somavam quatro mortos, 27 feridos, nenhum extraviado e 37 prisioneiros de guerra capturados (CorrespGV2/19305. 1944:12). Esses números, entretanto, sofreriam aumentos significativos ao longo da campanha. Segundo (NUNES, 2020:76), para se ter uma ideia, principalmente aos ataques a Monte Castelo, vale avaliar as baixas, em novembro de 1944, foram 74 mortos em ação, 241 feridos, 85 acidentados e 16 extraviados e em dezembro, a FEB sofreu 84 mortes em ação, teve 267 feridos, 146 acidentados e 22 extraviados.

A atuação dos soldados dos brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial é amplamente registrada em diversos documentos que possibilitam uma análise minuciosa do desempenho da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações. Parte expressiva dessa documentação é veiculada por intermédio do general Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, em comunicado datado de 12 de abril de 1945. Nesse documento, o general descreve o avanço das tropas brasileiras e o comprometimento do IV Corpo da Divisão de Infantaria Expedicionária (D.I.E) na Campanha da Itália, mencionando ainda o progresso das forças Aliadas que, naquele momento, invadiam a Alemanha pelos flancos leste e oeste (Boletim V

Exército D.I.E.1945:1): [...] “a nossa divisão, que tem sabido cumprir com galhardia as honrosas missões impostas pelo *IV Corpo*, aguarda o momento de lançar-se ao inimigo, e quando essa hora nos for indicada, quero ver os valentes soldados do Brasil, em ímpeto que o sentimento da honra militar incentiva, atirarem-se sobre o alemão, com a vontade férrea de não o deixar mais respirar, até a completa asfixia.”

Segundo (FERRAZ.2005:55), o soldado expedicionário fazia frequentemente patrulhas e ocasionalmente tomava parte de missões específicas, e que o perigo nessas patrulhas era constante, e que morrer e ferir-se eram possibilidades sempre presentes nas incursões a tais espaços desconhecidos.

A documnetação proveniente do Quartel-General do Quinto Exército, datada de 4 de agosto de 1945, registra a concessão da Estrela de Bronze ao primeiro- sargento de infantaria da Força Expedicionária Brasileira, Ivaldo Ribeiro Dantas, por ordem do tenente-general K. Truscott. A honraria reconhece o procedimento heroico realizado em ação no dia 14 de abril de 1945, nas vizinhas de Secreto, na Itália. O relatório (5ª EXÉRCITO D.I.E. 1945:1), destaca que,[...] “debaixo de densa barragem de artilharia, monteiros e metralhadoras inimiga, conduziu seus homens ao assalto a três casamatas alemães, matando e aprisionando muitos inimigos, no dia seguinte, ele, só, avançou sobre um ninho de metralhadoras inimigas, capturando a posição e fazendo muitos prisioneiros, sua coragem e espírito combativo, refletem um grande erudito, mantém ao nível das mais fons tradições militares.”

Tal episódio ilustra como a guerra, para além de seu aparato técnico e estratégico, configura-se essencialmente como uma experiência, marcada por ações individuais e decisões morais em contextos extremos. Nesse sentido, destaca (CLAUSEWITZ.2017:165), não pertence ao domínio das artes nem das ciências, ela é mais precisamente parte da existência do homem, a guerra é um conflito de grandes interesses, que é resolvido através do derramamento de sangue, que é a única maneira pela qual ela difere de outros conflitos.

Destaca-se, nesse contexto, o diploma da Cruz de Combate, emitido pelo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em 30 de abril de 1945, que concedeu a honraria de Cruz de Combate de Segunda Classe ao soldado Jair Andrade de Silva, pertencente ao 6º Regime de Infantaria. Conforme o relatório, o reconhecimento deveu-se à sua participação em uma patrulha, [...] “tomado parte em uma patrulha que conseguiu se infiltrar numa posição defensiva inimiga, capturando dois alemães, matando alguns deles e apreendendo uma metralhadora e dois fuzis. (RELATÓRIO MG. 1945:1). O expedicionário brasileiro viria ainda a ser condecorado pelo chefe da missão militar norte-americana general Charles Gerhardt, com a Estrela de Prata, em razão de sua atuação no dia 8 de agosto de 1944 em combate direto contra forças inimigas.

Tais ocorrências evidenciam o desempenho individual dos soldados brasileiros em campo de batalha, demonstrando não apenas a eficácia operacional da Força Expedicionária Brasileira, mas também a valorização das virtudes militares como parte constitutiva da identidade do Exército em campanhas. De acordo com (CLAUSEWITZ. 2017:211), essas qualidades militares baseiam-se no indivíduo que está impregnado do espírito e da essência da atividade, que se adentra nas aptidões que ela exige, obtém desenvoltura e confiança através do adestramento e que mergulha completamente a sua personalidade na tarefa que lhe é atribuída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial já tenha sido objeto de diversas pesquisas, as múltiplas abordagens metodológicas e a utilização de distintas fontes continuam a desempenhar papel fundamental tanto para o desenvolvimento da historiografia militar brasileira quanto para a consiliação de seu campo epistemológico. A fragmentação nas análises do objeto de estudo, especialmente no âmbito da história militar, tem possibilitado a emergência de novas perspectivas interpretativas, ampliando as formas de compreensão do fenômeno bélico.

Os campos de batalha não se restringem às linhas de frente do conflito; ao contrário, estendem-se às suas múltiplas dimensões, políticas, sociais, culturais e econômicas, uma vez que a guerra implica transformações profundas em todas as estruturas de uma sociedade em estado de beligerância. Torna-se, portanto, necessário refletir criticamente sobre os efeitos dessa fragmentação historiográfica e sua relevância na constituição do saber histórico-militar, promovendo um balanço das produções existentes. Somente a partir dessa avaliação será possível dimensionar sua contribuição efetiva para o campo ou, alternativamente, indentificar possíveis indícios de esvaziamento teórico e metodológico.

As análises empíricas desenvolvidas ao longo desta pesquisa incidem sobre um período marcado pela obscuridade e pela complexidade do fenômeno bélico, no qual o Brasil destacou-se como o único país sul-americano a participar diretamente da Segunda Guerra Mundial. Tal participação traduziu-se no envio de uma força expedicionária ao teatro de operações europeu, onde soldados brasileiros empenharam-se com sacrifício, coragem e determinação em prol da vitória das forças aliadas. Destaca-se, assim, a relevância desta pesquisa, que não se restringe a análise do deslocamento das tropas brasileiras ocorrido em meados de 1944. Ao adotar uma abordagem mais ampla, evita-se incorrer na reprodução de uma narrativa tradicional e reducionista, centrada exclusivmente na presença a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália e em sua atuação naquele cenário específico. A pesquisa busca, portanto, romper com uma perspectiva linear, ampliando o escopo interpretativo sobre a participação brasileira no conflito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai*. EDUFPI. Teresina. 2015. p.21.

ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História e envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.p.56.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro. Jorge Zahar,2001. p.10.

FERRAZ, Francisco. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005.p.13.

FERRAZ, Francisco. *Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na segunda guerra mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências*. Revista Esboços, v.22, n.34, jul. Florianópolis. 2016. p. 207-232.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos- O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p.25.

Hilton, Stanley E. *O Brasil e as Grandes Potências (1930-39)*: Os aspectos políticos da rivalidade comercial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977. p. 71.

McCANN, Frank. *Aliança Brasil - Estada Unidos (1937- 1945)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1995.p-33.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil: 1939-1945*: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante após a Segunda Guerra Mundial. Leslie Bethell. Brasília: FUNAG,2012. p.17.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1991.p.5.

Moura, Gerson. *Autonomia da Dependência*: Política Externa Brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.p. 96.

Moura, Gerson. *Neutralidade dependente*: o caso do Brasil, 1939-42. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n.12. 1993, p.177-180.

Nunes, Aurimar. *O Itamaraty e a Força Expedicionária Brasileira (FEB)*: o legado da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial como ativo de política externa. Brasília: FUNAG.2020. p.47.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à Guerra*: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, Barueri: Manole, 2003. p. 15.

SEITENFUS. Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos blocos 1930-1942*: O Processo do Envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.p.10.

FONTES UTILIZADAS

Ata da sessão inaugural dos trabalhos da comissão mista Brasil- Estados Unidos. CPDOC Correspondência Getúlio Vargas. Vol. XLV/24; Vol. XLIV/40; Vol. XLV/22c, 22b, 22 a 22f, 22e, 22d CorrespGV2/15522. Rio de Janeiro. 1944. p. 19fls.

Boletim de Mascarenhas de Moraes. V Exército IV Corpo Ia. D.I.E. Estado Maior. 1945.

Carta de Vasco Alves Seco a Salgado Filho sobre a preparação da FAB. CPDOC Correspondência Getúlio Vargas. Vol. XLIV/7 CorrespGV2/19244. 1944. p.7 fls.